

ENTRE PERMANÊNCIAS E EVASÕES: PERCEPÇÃO DE GRADUANDAS SOBRE GÊNERO E RAÇA EM CURSOS DE TECNOLOGIA DO IFPR

Vanessa dos Santos Tavares ¹, Eric Ferdinando Passone ²

Resumo

As mulheres representam menos de 40% das matrículas nos cursos de Tecnologia da Rede Federal, evidenciando a persistência de estruturas de gênero que afastam mulheres dessas áreas desde a socialização na infância. O estudo analisa a trajetória de mulheres graduandas em cursos de Tecnologia do Instituto Federal do Paraná, com foco na percepção delas sobre os fatores que influenciam a permanência e a evasão. A pesquisa tem abordagem qualitativa e tem apoio na epistemologia feminista. Tem como lócus de pesquisa quatro campi do referido instituto: Colombo, Curitiba, Pinhais e Paranaguá. Os instrumentos utilizados foram questionário online, respondido por 51 estudantes matriculadas e seis em situação de evasão, e entrevista semiestruturada, realizada com 12 graduandas. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo e o software I RaMuTeQ foi utilizado para análise das respostas abertas do questionário. Os resultados indicam que as graduandas resistem às dificuldades do percurso acadêmico movidas pela busca do conhecimento e pela expectativa de ascensão profissional e econômica. A relação com o corpo docente aparece como fator de pertencimento e de permanência. Entretanto, persistem desafios relacionados às desigualdades de gênero, manifestadas em formas veladas de invisibilização no espaço acadêmico. A interseccionalidade de gênero, raça e faixa etária aparece como um adicional de exclusão, com episódios de racismo estrutural sem resposta institucional adequada. Conclui-se por observar a importância de políticas institucionais de permanência que contemplem as especificidades de gênero, raça e etarismo.

Palavras-chave: Raça; Gênero; Interseccionalidade; Cursos Tecnológicos; Institutos Federais.

BETWEEN STAY AND DROPOUT: FEMALE GRADUATES' PERCEPTION OF GENDER AND RACE IN TECHNOLOGY COURSES AT IFPR

Abstract

Women represent less than 40% of enrollments in Technology courses at the Federal Network, highlighting the persistence of gender structures that distance women from these areas, rooted in childhood socialization. This study analyzes

¹ Doutora em Educação pela Universidade Cidade de São (Unicid), Bolsista CAPES. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: vanessatavares2006@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Docente no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: erickpassone@gmail.com

the trajectories of female undergraduates in Technology courses at the Federal Institute of Paraná, focusing on their perceptions of factors influencing retention and dropout. The research adopts a qualitative approach and is grounded in feminist epistemology. It has four campuses of the aforementioned institute as its research setting: Colombo, Curitiba, Pinhais and Paranaguá. The instruments used were an online questionnaire completed by 51 enrolled students and 6 who had dropped out, and a semi-structured interview conducted with 12 female undergraduates. The data were analyzed using content analysis, and the IRaMuTeQ software was used to analyze the open-ended responses of the questionnaire. The results indicate that female undergraduates resist the difficulties of the academic path driven by the pursuit of knowledge and the expectation of professional and economic advancement. The relationship with the faculty appears to be a factor in belonging and permanence. However, challenges related to gender inequalities persist, manifested in veiled forms of invisibility in the academic space. The intersectionality of gender, race, and age appears as an additional source of exclusion, with episodes of structural racism without an adequate institutional response. It is concluded that permanent institutional policies addressing the specificities of gender, race and ageism are important.

Keywords: Race; Gender; Intersectionality; Technological Degree Programs; Federal Institutes.

ENTRE PERMANENCIAS Y EVASIONES: PERCEPCIÓN DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIAS SOBRE GÉNERO Y RAZA EN LOS CURSOS DE TECNOLOGÍA DE IFPR

Resumen

Las mujeres representan menos del 40% de las matrículas en cursos de Tecnología de la Red Federal, lo que evidencia la persistencia de estructuras de género que alejan a las mujeres de estas áreas desde la socialización en la infancia. El estudio analiza la trayectoria de mujeres que se gradúan en los cursos de Tecnología del Instituto Federal de Paraná, con enfoque en su percepción sobre los factores que influyen en la permanencia y la evasión. La investigación tiene un abordaje cualitativo, se basa en la epistemología feminista y tiene como *locus* investigativo cuatro *campi* del referido instituto: Colombo, Curitiba, Pinhais y Paranaguá. Los instrumentos utilizados fueron cuestionario en línea, respondido por 51 estudiantes matriculadas y seis en situación de evasión, y entrevista semiestructurada, realizada con 12 estudiantes de último año. Se analizaron los datos mediante análisis de contenido y se utilizó el *software* IRaMuTeQ para analizar las respuestas abiertas del cuestionario. Los resultados indican que las estudiantes resisten a las dificultades del recorrido académico movidas por la búsqueda de conocimiento y la expectativa de ascenso profesional y económico. La relación con los docentes aparece como factor de

pertenencia y permanencia. Sin embargo, persisten desafíos relacionados con las desigualdades de género, manifestados en formas veladas de invisibilidad en el ambiente académico. La interseccionalidad de género, raza y franja etaria aparece como una exclusión adicional, con episodios de racismo estructural sin una respuesta institucional adecuada. En conclusión, es importante destacar la necesidad de contar con políticas institucionales de permanencia que contemplen las especificidades de género, raza y discriminación por edad.

Palabras clave: Raza; Género; Interseccionalidad; Cursos Tecnológicos; Institutos Federales.

1. Introdução

Desde o início do século XX, a inserção de mulheres na educação superior brasileira avançou significativamente, de forma mais expressiva nas últimas décadas. No cenário nacional, elas representam 59,4% (2,9 milhões) das matrículas na educação superior (Inep, 2023). No entanto, essa presença não se distribui de maneira equilibrada entre as diferentes áreas do conhecimento. Ao investigar os dados para os cursos de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática, nota-se uma disparidade que remete à socialização de gênero e às estruturas culturais que, desde a infância, direcionam meninas e mulheres para áreas associadas ao cuidado, saúde e docência, afastando-as de carreiras tecnológicas (Unesco, 2018; Zanello, 2020).

No contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, essa desigualdade se reproduz com particularidades históricas. Ao revisitar a história da Educação Profissional, vê-se que suas origens estiveram voltadas para a formação de jovens do sexo masculino para o trabalho industrial, e ainda hoje persistem resquícios dessas desigualdades, sobretudo vinculados à cultura hierárquica entre homens e mulheres, o que também foi observado nas pesquisas de Gianvecchio (2022) e Incerti (2017).

Embora a Rede Federal registre 54,22% de matrículas preenchidas por pessoas do sexo feminino, quando se analisam especificamente os cursos de Tecnologia, elas representam menos de 40% das matrículas (Paula et al., 2021; Tavares; Passone, 2023). Entre as graduações, os cursos tecnológicos apresentam a maior discrepância de gênero em termos de matrícula, sendo as mulheres minoria em quase totalidade desses cursos (Plataforma Nilo Peçanha, 2025).

Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) evidenciam que, entre adolescentes de 15 anos, apenas 2% das meninas desejam atuar como profissionais de Tecnologia da Informação e Comunicação, enquanto entre os meninos da mesma idade esse percentual chega a 20%. Além disso, existem diferenças de gênero significativas entre os matriculados, considerando a predominância feminina nas áreas de Educação, Saúde e Bem-Estar, além de Negócios, Administração e Direito. Por outro lado,

as mulheres continuam sendo minoria em carreiras de Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como em Engenharia, Produção Industrial e Construção (Unesco, 2018).

Essa diferença nas aspirações profissionais não é resultado de preferências naturais, ela é fruto de um processo de socialização de gênero que associa mulheres ao cuidado e homens à técnica, configurando a representação da divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007). No ambiente acadêmico, essas estruturas podem aparecer em forma de discriminações frequentemente sutis e simbólicas, com efeitos sobre as trajetórias das estudantes (Casagrande, 2018).

Observou-se que a literatura científica sobre gênero no âmbito dos Institutos Federais constitui um campo escasso, com a maioria das pesquisas identificadas até 2022 que privilegiava o Ensino Médio (Tavares; Passone, 2023). Essa lacuna justifica a importância do estudo aqui apresentado, que tem por objetivo analisar como as estruturas socioculturais influenciam a permanência e a evasão de mulheres nos cursos superiores de Tecnologia do IFPR, a partir da percepção das próprias graduandas sobre sua trajetória acadêmica.

Este artigo, portanto, está organizado em quatro seções: a presente introdução; seguida da conceituação e articulação entre divisão sexual do trabalho, raça, gênero e educação; apresentação dos procedimentos metodológicos; resultados e discussões e, posteriormente, as considerações finais.

2. Divisão sexual do trabalho, raça, gênero e educação

A compreensão das desigualdades de gênero nos espaços educacionais tecnológicos exige ancoragem na discussão sobre a divisão sexual do trabalho. No Brasil, Saffioti (1976) foi pioneira ao investigar a posição das mulheres na sociedade de classes, denunciando a exploração do trabalho feminino não remunerado e a desvalorização social. A obra apontou para a dicotomia que destinava homens ao trabalho público e mulheres ao trabalho doméstico não remunerado. Tal estrutura persiste, inclusive com novas configurações, na contemporaneidade.

Para Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho estrutura-se a partir de dois princípios que atravessam todas as sociedades conhecidas: o princípio de separação, que distingue trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio hierárquico, que atribui maior valor e prestígio às atividades realizadas pelos homens. No campo acadêmico, esses princípios se traduzem na oposição entre “exatas” e “humanas”, em que tecnologias figuram como espaço masculino e educação e cuidados, como espaços femininos. Profissões como enfermagem e pedagogia são socialmente consideradas femininas; enquanto as tecnologias, engenharias e metalurgia são percebidas como masculinas (Gianvecchio, 2022; Nunes, 2019). Essa construção social

produz barreiras discriminatórias concretas e sofrimentos psíquicos quando mulheres ocupam espaços considerados masculinos, ocorrendo o mesmo quando homens adentram espaços de predominância feminina (Nunes, 2019; Zanello, 2020).

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reforçam as desigualdades de gênero no âmbito da vida privada. As mulheres dedicam 21,3 horas semanais ao trabalho doméstico não remunerado, enquanto homens investem 11,7 horas nessas mesmas atividades (IBGE, 2024). Quando mulheres ascendem a cargos de liderança, o trabalho doméstico é frequentemente transferido a outras mulheres, mantendo intacta a estrutura de responsabilização feminina pelo cuidado (Hirata; Kergoat, 2007). Essa sobrecarga representa uma condição estrutural que interfere diretamente nas possibilidades de dedicação aos estudos e de permanência em cursos de graduação, que exigem tempo.

No contexto brasileiro contemporâneo, embora as mulheres tenham avançado em escolarização e carreiras, as relações hierárquicas de poder persistem com o feminino em posição subalterna:

O ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (Sousa; Guedes, 2016, p. 125).

É com base no exposto que a epistemologia feminista propõe uma renovação do fazer científico, questionando a cultura hegemônica que concentra poder e ciência nas mãos de homens, em sua maioria brancos e de classes privilegiadas, e propondo novos discursos e perspectivas que contemplem sujeitos historicamente apagados das ciências (Adichie, 2019; Hooks, 2023).

Com isso, ao observar pelo olhar interseccional, Crenshaw (1994) apresenta que as mulheres não enfrentam opressões isoladas, mas sobreposições de desigualdades que emergiram durante a pesquisa, a saber: gênero, raça, classe e faixa etária, as quais podem produzir experiências distintas e frequentemente silenciadas. No ambiente acadêmico dos cursos de Tecnologia, essa perspectiva é fundamental para compreender por que algumas mulheres enfrentam barreiras que outras não percebem.

O percentual de pessoas brasileiras que estão fora da força de trabalho para cuidar de crianças e casa soma 42,1% (6,8 milhões) de mulheres negras,

34,4% (4,3 milhões) de mulheres brancas e 5% de homens (600 mil) fora do mercado de trabalho que realizam atividades não remuneradas, como cuidados com idosos, crianças, tarefas domésticas, corroborando a ideia de que a maioria das mulheres, com intensidade as mulheres negras, possui maior necessidade de optar entre trabalho formal e maternidade (Resende *et al.*, 2024).

Reconhece-se, portanto, que a perspectiva feminista dialoga diretamente com a educação, sobretudo por compreender o respeito ao ser humano independentemente de raça, gênero, classe social, faixa etária e orientação sexual. Pode-se pensar que uma pedagogia voltada a reduzir desigualdades historicamente impostas converge com a proposta pedagógica e filosófica instituídas nos documentos oficiais dos Institutos Federais.

3. Procedimentos metodológicos

A pesquisa tem caráter qualitativo, compreendendo o processo investigativo como uma atividade humana e social sujeita à mutabilidade inerente às dinâmicas sociais. Conforme Minayo (2013), a investigação qualitativa constitui um campo amplo para a produção de dados descritivos, possibilitando a consideração de diferentes contextos e realidades. Para a análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo (Bardin, 2011), abordagem que se caracteriza pela inferência fundada na presença do índice: tema, palavra e personagem, o que permite captar nuances e sentidos que dados quantitativos não poderiam alcançar.

Para a realização da pesquisa, foram observadas as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O projeto foi submetido e aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade Cidade de São Paulo e do IFPR.

O lócus da pesquisa compreendeu quatro campi do IFPR: Colombo, Curitiba, Pinhais e Paranaguá. Foram selecionados cursos nos eixos tecnológicos "Gestão e Negócios" e "Informação e Comunicação", contextos em que se esperava verificar discrepâncias de gênero na quantidade de matrículas, o que foi confirmado com maior diferenciação entre a quantidade de matrículas entre masculino e feminino no eixo "Informação e Comunicação". Informa-se que o sistema binário foi aquele encontrado nas bases de dados que referenciaram a pesquisa (Plataforma Nilo Peçanha, 2025).

Os cursos investigados foram: Gestão da Tecnologia da Informação (Pinhais), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Colombo e Paranaguá), Gestão Pública (Curitiba), Processos Gerenciais (Colombo e Curitiba) e Secretariado (Curitiba), tendo como referência o ensino presencial.

As participantes foram selecionadas com base nos seguintes perfis: pessoas do sexo feminino, independentemente de orientação sexual, maiores de 18 anos, matriculadas ou em situação de evasão, esta última foi considerada como situação de "abandono" ou "trancada" no Sistema Integrado de Gestão de

Atividades Acadêmicas (SIGAA), nas buscas que filtraram os anos entre 2019 e 2023.

Para obter dados do perfil das estudantes, o questionário online apresentou os temas: identificação social, percurso acadêmico e desigualdades de gênero, tendo sido enviado a 173 contatos de e-mail e respondido por 51 discentes matriculadas e seis em situação de evasão, das quais, ao todo, 12 nos concederam entrevista semiestruturada com possibilidade de contar sobre o processo de escolha do curso; sobre o processo de trancamento ou desistência do curso (quando era o caso); e sobre as desigualdades de gênero durante a graduação, machismo estrutural, discriminações de raça e gênero.

Realizou-se entrevista semiestruturada, com um total de 12 participantes, sendo nove matriculadas e três em situação de evasão entre os anos de 2019 e 2022. As entrevistas aconteceram entre maio de 2024 e fevereiro de 2025, majoritariamente por meio de videochamada (Google Meet ou WhatsApp), com uma entrevista realizada presencialmente, a pedido da entrevistada. As entrevistas foram gravadas em áudio, mediante consentimento das participantes e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo posteriormente transcritas para um arquivo de Word. Para preservar a identidade das entrevistadas, foram utilizados nomes fictícios inspirados em mulheres que contribuíram historicamente para as Ciências Tecnologias.

Para a análise das palavras mais frequentes nas respostas abertas, utilizou-se o software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ) (Camargo; Justo, 2013); após a seleção das palavras com maiores evidências, realizou-se a elaboração de quatro categorias principais, a saber: ascensão profissional; pertencimento; raça e gênero; e exclusões simbólicas.

3.1 Caracterização das entrevistadas

O perfil das 12 entrevistadas evidencia diversidade etária, racial e de situação acadêmica. A faixa etária predominante é a de 30 a 39 anos (50%), seguida pela de 40 a 49 anos (33%) e de 20 a 29 anos (17%), indicando que a maioria das mulheres retoma ou inicia uma graduação a partir dos 30 anos. Quanto à cor/raça autodeclarada, conforme classificação do IBGE, 46% se identificaram como pardas, 36% como brancas e 18% como pretas. Uma das participantes se autodeclarou parda, no entanto, afirmou não ter certeza de sua cor/raça. Entre elas, apenas uma entrevistada recebia algum tipo de auxílio pela Assistência Estudantil da Instituição. O Quadro 1 apresenta a caracterização individual das participantes da entrevista:

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas

Nome ¹	Faixa etária	Cor/etnia	AE	Curso	Situação
Ada Lovelace	40 a 49	Branca	Não	GTI	E
Enedina	30 a 39	Parda	Não	GTI	E
Elizete	30 a 39	Branca	Não	Secretariado	E
Betina	40 a 49	Parda	Não	GTI	M
Nina	20 a 29	Preta	Não	GTI	M
Iana	30 a 39	Preta	Não	GTI	M
Camila	30 a 39	Branca	Não	ADS	M
Gladys	20 a 29	Parda	Não	ADS	M
Carol	30 a 39	Branca	Sim	G. Pública	M
Abeba	40 a 49	Parda	Não	G. Pública	M
Bertha	40 a 49	Branca	Não	Secretariado	M
Sônia	30 a 39	Parda	Não	P. Gerenciais	M

Fonte: Elaboração própria (2026).

Legenda: GTI = Gestão da Tecnologia da Informação; ADS = Análise e Desenvolvimento de Sistemas; P. Gerenciais = Processos Gerenciais; M = Matriculada; E = Situação de Evasão; AE = Assistência estudantil.

4. Resultados e discussões

4.1 “Eu quero viver de Tecnologia”: ascensão profissional

A análise das respostas abertas do questionário, por meio do IRaMuTeQ, revelou as palavras mais frequentes associadas às motivações de permanência no curso. Os termos de maior destaque foram: “conhecimento”, “oportunidade”, “crescimento”, “futuro” e “trabalho”. O conjunto de palavras que aponta para expectativas de transformação pessoal e ascensão profissional, incluindo palavras como “emprego” e “financeiro”, remete-nos às possibilidades de melhoria de vida por meio da educação.

Esse dado ganha relevo quando considerado o perfil socioeconômico das participantes: a maioria possuía renda per capita entre um e dois salários mínimos, 78% delas conciliavam estudo e trabalho. O ingresso em um curso de Tecnologia do IFPR gratuito representa, para esse grupo, uma possibilidade

¹ Os nomes foram escolhidos homenageando as seguintes mulheres que foram e são destaques no campo das Tecnologias, observando a diversidade de raça, origem e gerações. Ada Lovelace; Enedina Marques; Elizete Mattos; Betina Stefanello Lima; Nina Silva; Iana Chan; Camila Achutti; Gladys West; Abeba Birhane; Bertha Lutz; e Sônia Guimarães.

concreta de reposicionamento social. É possível inferir que essa é uma perspectiva que sustenta a permanência deste grupo pesquisado, que, apesar das dificuldades de carga horária, jornadas triplas e dificuldades específicas em algumas disciplinas, tem superado desafios. A motivação pelo conhecimento emerge com vigor nas falas das entrevistadas:

Eu queria aprender a mexer no computador; eu não sabia nada (Betina, matriculada em GTI, Pinhais).

Eu poderia pegar na internet, mas eu não iria aprender. Eu queria aprender. Eu quero viver de tecnologia (Enedina, situação de evasão, matriculada em GTI).

Eu sou uma pessoa que gosta muito de estudar e eu acho que conhecimento é poder. Quanto mais conhecimento eu tiver, mais empoderada você vai se tomar (Abeba, matriculada em G. Pública).

As falas evidenciam o que hooks (2023) compreende como educação enquanto prática de emancipação, em que o acesso ao conhecimento é percebido como instrumento de autonomia e superação de barreiras socioeconômicas. Para Betina, que antes do curso trabalhava como auxiliar na costura industrial e retornou aos estudos após o crescimento dos filhos, a graduação representa uma ruptura com trajetórias limitadas:

Até então, minha vida era cuidar dos filhos, tenho três: um de 22, 18 e 14, três meninos; sempre trabalhei de auxiliar na costura industrial. Falei para a minha vizinha: "Consegui! Com este curso, eu posso ganhar melhor; o trabalho é mais intelectual" (Betina, matriculada em GTI).

A permanência, contudo, não está isenta de pressões externas. Betina relata ter enfrentado questionamentos de pessoas próximas ao compartilhar sua aprovação no curso, revelando uma dimensão de etarismo que se sobrepõe às barreiras de gênero:

Quando eu comentei que eu passei neste curso, daí a pessoa olhava e perguntava: 'O que você está querendo com isso?'. Eu disse: 'No final, eu falo que eu vou fazer com isso?'. Eu achei preconceituoso. Como se eu não pudesse aprender algo novo (Betina, matriculada em GTI).

Esse relato expõe que as barreiras para mulheres em cursos de Tecnologia não se originam apenas do ambiente acadêmico: elas são produzidas e reforçadas nas redes sociais imediatas, nos espaços de trabalho e nas expectativas culturais sobre o que mulheres de determinada faixa etária “devem” querer. Trata-se de uma expressão do princípio hierárquico da divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007), segundo o qual certas trajetórias de qualificação são socialmente designadas como inadequadas para mulheres.

4.2 “Nunca me senti fora do lugar”: pertencimento

Um segundo fator de permanência identificado nas entrevistas é a relação com o corpo docente. Ao contrário do que ocorre em outros espaços — onde a discriminação de gênero pode ser reforçada por figuras de autoridade —, parte das graduandas descreve professores e professoras como elementos de acolhimento e de incentivo à continuidade dos estudos. Bertha, estudante imigrante matriculada em Secretariado, descreve sua experiência no IFPR em contraste com situações de xenofobia vividas fora do *campus*:

Somos formadas, merecemos o lugar de destaque, mas, quando você é imigrante, querem te colocar para lavar o chão, não nos veem como seres inteligentes. O IFPR foi a primeira faculdade que me abriu as portas. Sou muito grata. Por parte de professores, nunca vi qualquer preconceito, pelo contrário, eles são ótimos, atenciosos, sempre perguntam como eu estou e se estou acompanhando o curso. [...] Os professores me apoiam, me acolhem. Nunca me senti fora do lugar.

A fala de Bertha evidencia que o sentimento de pertencimento gerado pelo acolhimento docente pode funcionar como fator protetor diante de outras formas de exclusão que a acompanham fora do *campus*. Gladys e Betina corroboram esse dado:

Eu me sinto que eu tenho apoio dos professores, nunca me senti discriminada por ser mulher. Da parte dos professores, nunca (Gladys, matriculada em ADS).

Os professores me ajudam. Me esforcei para aprender o conteúdo e mexer no computador ao mesmo tempo (Betina, matriculada em GTI).

Abeba, cursando a segunda graduação, destaca o comprometimento docente como razão de retorno ao IFPR:

Eu já conhecia o comprometimento dos professores com o processo de ensino. [...] Os professores nos fazem lembrar períodos históricos quando nós demos fim a muitos preconceitos e muitas questões enraizadas e vejo coisas positivas.

Os dados convergem para indicar que, quando a relação pedagógica é percebida como respeitosa e acolhedora, ela opera como contrapeso a barreiras estruturais externas ao *campus*. Esse elemento de permanência, contudo, não apaga as assimetrias interseccionais que atravessam o cotidiano acadêmico, como revelam os dados das seções seguintes.

4.3 “A gente não presta atenção no racismo”: raça e gênero

A análise dos dados evidencia que as experiências das graduandas não podem ser compreendidas apenas pelo olhar de gênero. A raça emerge como marcador social que se sobrepõe ao gênero, configurando formas específicas de exclusão. A interseccionalidade, conforme Crenshaw (1994), permite compreender que identidades sobrepostas, como gênero, raça e classe, produzem experiências distintas e, frequentemente, mais intensas de opressão. Estudar conjuntamente as dominações pode contribuir para a não reprodução desses sistemas excludentes (Kergoat, 2012).

Entre as 12 entrevistadas, cinco eram brancas, cinco pardas e duas pretas. Independentemente da raça autodeclarada, as participantes citaram situações em que o discurso racista operou nas relações cotidianas do *campus*. Nina, matriculada em GTI, jovem autodeclarada preta, relata episódio ocorrido durante o Dia da Consciência Negra:

A turma estava cheia, teve muito ataque. “Preto é cheio de mimimi, eles querem colocar cotas, diferencial”. Conversei com a turma referente a isso, eles estavam sendo muito racistas pelos comentários. Foi uma conversa com a turma. Não teve posicionamento do *campus* sobre isso.

O relato de Nina revela dois aspectos: a naturalização do discurso racista em espaços acadêmicos e, mais preocupante, o silenciamento institucional diante de episódios concretos. A ausência de posicionamento do *campus* pode ser interpretada como expressão de violência simbólica, que opera exatamente por meio da naturalização das desigualdades, tornando-as invisíveis mesmo para quem as reproduz (Bourdieu, 2023).

Sônia, matriculada em P. Gerenciais, autodeclarada parda, aponta para a possibilidade de que espaços formativos intencionais transformem percepções sobre o racismo:

Tem uma professora psicóloga. Semestre passado ela falou sobre LGBT, as mulheres no mercado de trabalho, racismo. Passamos e fizemos apresentações e artigo. [...] No começo, algumas pessoas tinham uma ideia e, no decorrer, foi mudando sobre o racismo. A gente não presta atenção no racismo. Tem muitos casos e coisas absurdas. Quem não passa por isso não entende.

A expressão “A gente não presta atenção no racismo” nos remete ao que Gonzalez (2020) chamou de privilégio das distrações: a tendência, no imaginário brasileiro, de negar o racismo ou não perceber sua frequência e intensidade, especialmente entre pessoas que nunca sofreram diretamente tais preconceitos. A fala aponta também que espaços formativos bem conduzidos têm potencial para transformar percepções, o que evidencia a responsabilidade do currículo e da formação docente na desconstrução de preconceitos.

Os dados do questionário reforçam a relevância do recorte racial: entre as 51 matriculadas, 50,98% se autodeclararam brancas, 33,33% pardas e 11,77% pretas. Considerando que o estado do Paraná tem 64,6% de população branca (IBGE, 2022), a presença de pardas e pretas no IFPR é representativa, portanto, apesar da legitimidade do Núcleo de Estudos Afro-Basileiros e Indígenas (Neabi) consolidado mais recentemente no âmbito do IFPR, pode-se pensar na importância de ações emergentes para o desenvolvimento de políticas que enfrentem barreiras específicas nos espaços acadêmicos.

4.4 “A gente é invisível aqui?”: exclusões simbólicas

Se as barreiras de raça emergem de forma mais explícita nos relatos, as de gênero se manifestam predominantemente de forma velada e sutil, o que não as torna menos reais ou menos prejudiciais à permanência das estudantes. A análise das entrevistas revela um padrão de invisibilização de mulheres em sala de aula que pode ser configurado como manifestação de machismo estrutural.

O relato de Camila, que, ao conceder a entrevista havia concluído recentemente o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, é revelador. Ela descreve com precisão a dinâmica de invisibilização que enfrentou ao longo do curso:

Nunca foi descarado, tá? Os professores nunca vão chegar e falar: ‘Ah! Isso, aquilo! Muito [...]’. Nunca descarado, mas a gente percebia. Até, às vezes, achava que era uma percepção minha individual. E, às vezes, eu ia comentar com as colegas e elas falavam: ‘Não, cara, é bem assim’ [...]. Eu estava na sala de aula e o professor fazia uma pergunta. [...] daí a gente respondia. [...] e, às vezes, o professor finge que não ouve e o cara fala exatamente a mesma coisa que a gente acabou de falar. Ele fala: ‘É isso aí!’

[...] a gente é invisível aqui? [...] era muito recorrente e principalmente numa das matérias era extremamente recorrente (Camila, matriculada em ADS).

A experiência narrada por Camila ilustra o que Casagrande (2018) descreve como discriminações de gênero que se manifestam por meio de violências simbólicas e sutis na comunicação. O fato de ela inicialmente questionar a própria percepção: “Às vezes, eu achava que era uma percepção minha individual” é igualmente revelador: a invisibilização opera de forma tão naturalizada que as próprias vítimas tendem a duvidar de suas leituras da situação. Somente ao compartilhar com as colegas, ela obtém confirmação de que a discriminação era real e recorrente.

Destaca-se ainda que a preferência em valorizar respostas masculinas em detrimento das femininas pode estar diretamente relacionada à dominação masculina abordada por Bourdieu (2023), sobretudo na ideia de atribuição social de inteligência superior presumida aos homens em diferentes situações.

Além disso, a análise das respostas abertas do questionário, por meio do IRaMuTeQ, identificou o “cansaço” como palavra central nas dificuldades relatadas para a permanência. Esse dado condensa a realidade de estudantes independentemente do seu gênero, entretanto, aqueles que conciliam trabalho, estudo e responsabilidades domésticas podem pesar de forma desproporcional sobre mulheres (Hirata; Kergoat, 2007; IBGE, 2024). Iana, matriculada em GTI, articula esse dado ao contexto específico do ensino noturno: “No GTI é complicado porque os alunos do curso noturno já vêm cansados, não se envolvem nos trabalhos extras”.

Além disso, as graduandas também relataram situações que aprofundam as questões que envolvem as estudantes: a sensação de não conseguirem dar conta dos trabalhos e prazos; a dificuldade de deslocamento ao *campus* com dois ônibus; e a culpa por não serem mais presentes para as filhas enquanto estudam. Essas dificuldades, embora se apresentem como individuais, refletem algumas desigualdades estruturais que a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres que interfere diretamente em suas vidas acadêmicas.

Notadamente os dados indicam que as barreiras enfrentadas pelas graduandas se articulam em diferentes dimensões: a divisão sexual do trabalho que as sobrecarrega com responsabilidades domésticas; o machismo velado que as invisibiliza nos espaços de sala de aula; o racismo estrutural que opera sem resposta institucional adequada; e o etarismo, sobretudo quando há questionamentos sobre o direito de mulheres de investirem em suas qualificações independentemente de sua faixa etária. Tais barreiras coexistem com fatores de permanência e precisam ser conhecidas. Por outro lado, o grupo investigado se mostrou com importante desejo de aprender e com a expectativa de ascensão profissional; em alguns momentos, sinalizou o acolhimento de parte do corpo docente, configurando um percurso marcado por resistência e vulnerabilidade.

5. Considerações Finais

Os resultados desta pesquisa evidenciam que as graduandas em cursos de Tecnologia do IFPR resistem às dificuldades do percurso acadêmico movidas, principalmente, pela busca do conhecimento como instrumento de emancipação e pelo desejo de ascensão profissional. O relacionamento com o corpo docente emerge como fator de pertencimento e como elemento positivo nas falas das entrevistadas, indicando que práticas pedagógicas acolhedoras têm impacto concreto na permanência acadêmica delas.

As relações de gênero, entretanto, constituem desafios persistentes. O machismo velado, manifesto na invisibilização mostrada nas respostas de mulheres em sala de aula, a dificuldade de confirmar a própria percepção da discriminação e a naturalização de comportamentos excludentes podem ser fatores limitantes e com difícil enfrentamento. A interseccionalidade de gênero e raça acrescenta exclusão: episódios de racismo estrutural são relatados sem que as instâncias institucionais respondam de forma adequada, revelando um silenciamento que, ao naturalizar as desigualdades, contribui para sua reprodução.

Outro aspecto mencionado nos achados da pesquisa refere-se ao etarismo, que surge como barreira adicional que afeta mulheres mais velhas quando elas decidem ingressar ou retornar à graduação. Essa é uma categoria invisibilizada nos estudos sobre permanência estudantil nos Institutos Federais que merece uma atenção, considerando a multiplicidade de estudantes nos espaços dos Institutos Federais.

Esses achados têm implicações diretas para as políticas de permanência estudantil. Os mecanismos existentes, como assistência estudantil, monitoria e apoio pedagógico, são importantes, mas podem ser insuficientes para responder às especificidades de mulheres que enfrentam, simultaneamente, barreiras de gênero, raça e etarismo. Embora a pesquisa seja limitada na quantidade de participantes e no recorte institucional em alguns campi do IFPR, foi possível perceber a necessidade e a importância de ações institucionais como formação docente voltada ao enfrentamento das desigualdades interseccionais e a inclusão explícita dessas temáticas nos projetos pedagógicos dos cursos; bem como espaços institucionais de escuta e acolhimento para estudantes que vivenciam diferentes tipos de discriminação nos espaços acadêmicos.

A concepção filosófica e política dos Institutos Federais defende formação humana integral e a transformação social; dialoga que essas instituições não sejam apenas inclusivas em termos de acesso, mas que promovam condições equitativas de permanência para todas as estudantes. Para isso, é necessário que o compromisso com a equidade ultrapasse os documentos institucionais e se materialize em ações concretas que reconheçam as múltiplas dimensões das desigualdades aqui encontradas e que marcam os percursos das graduandas.

Espera-se que este estudo possa estimular novos debates sobre a importância de políticas que contribuam para a redução das desigualdades

impostas historicamente. Sugere-se, ainda, a realização de futuras pesquisas que ampliem a análise ou comparem com outros Institutos Federais no âmbito nacional.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2012.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 abr. 2016.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CASAGRANDE, Lindamir Salete. Entrevista com Lindamir Salete Casagrande, por Lucas Bueno de Freitas. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 11, n. 37, p. 73-80, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1994.

GIANVECCHIO, Larissa Angelini de Andrade. **A verticalização das mulheres em profissões vistas socialmente como masculinas no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução de Bhuvli Libanio. 20. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

INCERTI, Tânia Gracieli Vega. **Brincadeiras persistentes, desigualdades de gênero presentes**: relações de gênero na Educação Profissional, uma análise a partir da percepção de estudantes do IFPR — *Campus Curitiba*. 2017. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INEP. **Painel Estatístico do Censo da Educação Superior**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/mulheres-representam-59-das-matriculas-na-educacao-superior>. Acesso em: 05 maio. 2026.

KERGOAT, Danièle. Se battre, dissent-elles... Paris, La Dispute. In: GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana (org.). **Ciência e a construção da masculinidade e da feminilidade**. Paris: Ed. des Archives Contemporaine, 2012. p. 101-110.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

NUNES, Denise Valéria Oliveira. **Narrativas de mulheres-engenheiras sobre formação profissional e mundo do trabalho**: reflexões e contribuições para o curso de Engenharia Civil de um Instituto Federal. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Olinda, 2019.

PAULA, Tainá Maria Dias de; CARDOSO, Yasmin Caroline Miani; COSTA, Talita Gomes da; RESENDE, Cristina de. Análise sobre a presença de mulheres como docentes EBTT em cursos da área de Tecnologia e Computação dos Institutos Federais do estado de Minas Gerais. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n. 44, 2021.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Painel estatístico**: dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org>.

RESENDE, Amanda Martinho; TAIOKA, Tainari; PIRES, Luiza; SALIBA, Clara. **Custo da maternidade no Brasil**: as múltiplas consequências do trabalho de cuidado não remunerado realizado por mulheres. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, 2024. Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2024/05/npe051-custodamaternidade.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

TAVARES, Vanessa dos Santos; PASSONE, Eric Ferdinando. Evasão em cursos de graduação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma revisão bibliográfica. **Eccos**: Revista Científica, São Paulo, n. 66, p. 1-19, e23092, 2023.

UNESCO. **Decifrar o código**: educação de meninas e mulheres em Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). Brasília, DF: Unesco, 2018.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2020.

Responsabilidade Editorial: Célia Regina de Carvalho.
Recebido em: 10 de maio de 2026.
Aceito em: 03 de setembro de 2026.
Publicado em: 14 de setembro de 2026.